

Lusíada



Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Pavia, José Francisco Lynce Zagallo, 1967-

**Política externa portuguesa contemporânea :
introdução**

<http://hdl.handle.net/11067/4547>

Metadados

Data de Publicação	2019
Tipo	bookPart

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-28T18:34:21Z com
informação proveniente do Repositório

POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA

Coordenação

JOSÉ FRANCISCO LYNCE ZAGALLO PAVIA



Universidade Lusíada Editora
Lisboa • 2019

**José Francisco Lynce Zagallo Pavia
(Coordenação)**

POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA



Universidade Lusíada Editora
Lisboa • 2019

Biblioteca Nacional de Portugal - Catalogação na Publicação

POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA

Política externa portuguesa contemporânea / coord. José Francisco Lynce Zagallo Pavia
ISBN 978-989-640-226-6

I - PAVIA, José Francisco Lynce Zagallo, 1967-

CDU 327

Ficha Técnica

Coordenação	José Francisco Lynce Zagallo Pavia
Título	Política externa portuguesa contemporânea
Edição	1.ª
Depósito Legal	457176/19
ISBN	978-989-640-226-6
Local	Lisboa
Ano	2019
Editora	Universidade Lusíada Editora Rua da Junqueira, 188-198 1349-001 Lisboa Telefone: +351 213 611 560 Fax: +351 213 638 307 Internet: http://editora.lis.ulusiada.pt E-mail: editora@lis.ulusiada.pt
Fotocomposição	João Paulo Fidalgo
Capa	Ana Laranjeira
Impressão e Acabamentos	Rainho e Neves, Lda.
Tiragem	100

Solicita-se permuta - On prie l'échange - Exchange wanted - Pídesse canje - Sollicitiamo scambio - Wir bitten um Austausch
Mediateca da Universidade Lusíada
Rua da Junqueira, 188-198 - 1349-001 Lisboa
Telefone: +351 213 611 560 / Fax: +351 213 638 307
E-mail: mediateca@lis.ulusiada.pt

© 2019 • Fundação Minerva - Cultura - Ensino e Investigação Científica / Universidade Lusíada

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida por qualquer processo electrónico, mecânico ou fotográfico incluindo fotocópia, xerocópia ou gravação, sem autorização prévia da Fundação Minerva. O conteúdo desta obra é da exclusiva responsabilidade dos seus autores e não vincula a Fundação Minerva - Cultura - Ensino e Investigação Científica / Universidade Lusíada.

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT- Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto «UID/CPO/04198/2019»



CLIPIS

Centro Lusíada de Investigação em
Política Internacional e Segurança

SUMÁRIO

Introdução

José Francisco Pavia 5

Política externa portuguesa (Breve enquadramento histórico)

Carlos Motta 9

Portugal e a Europa no Estado Novo e na democracia

Manuel Monteiro 107

O vector transatlântico da política externa portuguesa

Cristiano Cabrita 145

O vector lusófono da política externa portuguesa

José Francisco Pavia 181

POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA

Introdução

A obra que agora se dá à estampa é o resultado de um projecto de investigação, levado a cabo por um conjunto de quatro investigadores pertencentes ao CLIPIS (Centro Lusíada de Investigação em Política Internacional e Segurança). O título “Política Externa Portuguesa Contemporânea” pretende precisamente trazer aos leitores uma visão actual – e quiçá diferente – das linhas de força que marcam, e marcaram, a política externa portuguesa da actualidade. Dois dos autores, José Francisco Pavia e Manuel Monteiro, já antes tinham publicado uma obra com o título “A Política Externa nos Programas de Governo do Portugal Democrático (1974 – 2013)” onde era feita uma compilação de todos os programas de governo, no período em referência, devidamente anotados e comentados. Pareceu-nos agora que já era altura de – juntando mais dois colaboradores, Carlos Motta e Cristiano Cabrita – se publicar o fruto dos nossos anteriores trabalhos e investigações numa edição autónoma sob os auspícios do CLIPIS e da Universidade Lusíada Editora, afinal a nossa casa comum.

O texto encontra-se dividido em quatro capítulos sendo que no primeiro, da responsabilidade de Carlos Motta, se faz uma incursão sobre a história diplomática portuguesa até ao final da II Guerra Mundial. Poder-se-ia questionar a coerência do título geral da obra, “Política Externa Portuguesa Contemporânea”, com esta visão histórica, mas parece-nos que este enquadramento histórico é absolutamente fundamental para se compreender a actualidade; afinal a contemporaneidade não nasce no vazio e não podemos entender e dilucidar o presente sem um conhecimento aprofundado do passado.

Os segundo, terceiro e quarto capítulos da responsabilidade respectivamente, de Manuel Monteiro, Cristiano Cabrita e José Francisco Pavia, abordam os três vectores tradicionais da política externa portuguesa, a saber, o vector Europeu, o vector Transatlântico e o vector Lusófono.¹

Sabemos, porém, que esta divisão em três vectores já não é necessariamente consensual, havendo quem acrescente outros sub-vectores como o multilateralismo, a internacionalização económica também designada por diplomacia económica e as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo ou a diáspora lusófona. Não se nos afigura particularmente pertinente este acréscimo de três sub-vectores, dado que nos parece que, eles ou já se encontram subsumidos nos três eixos principais já referidos, ou são acréscimos redundantes que são consensuais em qualquer país do mundo com a dimensão e o grau de desenvolvimento próximos de Portugal, como será o caso da internacionalização económica e financeira. Por outro lado, poder-se-ia sempre acrescentar novos sub-vectores, como poderia ser o caso da cooperação técnico-militar ou a participação em missões de paz internacionais, realçando aqui o papel importante das forças armadas e de segurança portuguesas na prossecução das principais linhas de acção da política externa portuguesa, em que sobressai o facto de Portugal já ser visto como um co-produtor de segurança internacional. Outro sub-vector possível seria o Mar, baseado na especificidade marítima portuguesa, na extensão da plataforma continental e nos aspectos fundamentais da agora designada “diplomacia azul”. Poderíamos ainda, para finalizar, destacar o relacionamento especial com a República Popular da China, dado o grau de importância que essa relação assumiu nos últimos anos. A RPC destacou Portugal como um dos seus parceiros estratégicos na Europa, criou o Fórum de Macau para um relacionamento especial com os países lusófonos e tem-se destacado como um dos principais investidores externos no nosso país, caminhando a passos largos para ser um dos principais parceiros comerciais. Todavia, na recente entrevista já mencionada, o Ministro dos

¹ Se dúvidas houvesse quanto a esta divisão tradicional neste três vectores a recente entrevista do actual Ministro dos Negócios Estrangeiros português, Augusto Santos Silva, vem precisamente reafirmar essa trilogia: “(...) E depois há os aliados: os países da União Europeia a que pertencemos, os países da NATO a que pertencemos e ainda — pelas razões próprias que se compreendem — os países da CPLP que nos estão muito próximos. Esses são amigos, aliados, parceiros e também parceiros económicos”. In: “Augusto Santos Silva”, <https://observador.pt/especiais/augusto-santos-silva-a-china-e-nossa-parceira-mas-nao-e-nossa-aliada/> (Acesso em 17/04/2019).

Negócios Estrangeiros português, Augusto Santos Silva, veio “lançar alguma água na fervura”, afirmando nomeadamente que: “(...) a China é nossa parceira, mas não é nossa aliada”.²

Assim sendo, continuamos com a divisão tradicional não esquecendo, obviamente, o carácter evolutivo do sistema internacional e o concomitante esforço por parte dos decisores políticos portugueses no sentido de tentar acompanhar essa mesma evolução. Porém, este consenso quanto aos principais eixos não nos deve fazer esquecer que, provavelmente, seria necessário algum balanceamento no grau de importância relativa que se deve dar a cada um deles; i.e. parece-nos que muitas vezes se sobrevaloriza o vector Europeu, esquecendo ou até menosprezando os outros dois. Ora, parece-nos este um erro crasso, para o qual se impõe uma chamada de atenção. Este reparo não pressupõe de modo algum que os autores tenham alguma reserva quanto à importância do vector Europeu e do que ele representa para Portugal, nem implica nenhum antieuropeísmo primário, como muitas vezes algumas vozes muito maniqueístas querem fazer crer. Representa apenas um alerta para aquilo que se considera ser – em muitos casos – uma excessiva concentração europeísta da política externa portuguesa, subalternizando os outros vectores. Alguns exemplos concretos prendem-se com o seguidismo de alguns Europeístas mais entusiastas relativamente aos avanços de uma eventual política comum de defesa europeia, designada pelo eufemismo de Cooperação Estruturada Permanente (PESCO),³ ou a Política Marítima Integrada da União Europeia, que em nosso entendimento poderão ser, nalguns aspectos, prejudiciais aos interesses portugueses.⁴ Estes são apenas dois exemplos, e nem serão os mais importantes, de uma visão demasiado concentrada na União Europeia e nas suas políticas – para

² “Augusto Santos Silva”, Idem.

³ Aparentemente esse entusiasmo não é seguido pelo actual Ministro dos Negócios Estrangeiros português, Augusto Santos Silva, que na supramencionada entrevista referiu que: “É muito simples. Ponto um: para Portugal a NATO é a estrutura de defesa colectiva. Ponto dois: a União Europeia, que também deve ter uma política de defesa e uma cooperação reforçada em Defesa, deve tê-la para reforçar o pilar de defesa da NATO. Mas atenção, não para construir uma alternativa à NATO, mas justamente para reforçar a NATO”. E, para que não houvesse dúvidas, afirmou: “(...) E para nós há algo que é muito claro, que é o sistema de defesa coletivo a que pertencemos. Chama-se NATO. É a NATO”. In: “Augusto Santos Silva”, Idem.

⁴ Veja-se a nossa comunicação “The Europeanisation of Maritime issues and the extension of the platform shelves – National or European resources? The case of Portugal”, apresentada na Conferência Internacional “ECPR General Conference” que decorreu em Hamburgo, na Alemanha, entre os dias 22 e 25 de Agosto de 2018. No prelo.

não falar nos aspectos mais negativos da União Económica e Monetária e do Pacto de Estabilidade – que em nosso entendimento deveriam ser balanceados com uma visão mais crítica, menos seguidista e mais diversificada do nosso posicionamento. Até porque a nossa própria posição relativa no concerto dos países da União Europeia sairia reforçada, no sentido em que como referiu o então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, numa entrevista ao jornal Público de 03 de Janeiro de 2010: “Portugal será agora na Europa o que conseguir ser fora dela”⁵. E, acrescentava: “Podemos valorizar significativamente a nossa posição no contexto europeu se formos capazes de dar expressão e densidade à relação privilegiada que temos com o Brasil e a América Latina, com a África de expressão portuguesa e as regiões em que se insere (...)”⁶. Acrescentamos nós também que o nosso relacionamento com os Estados Unidos da América – independentemente de qual seja o inquilino circunstancial da Casa Branca - e com a Aliança Atlântica, de que somos membros fundadores, permitem-nos escapar a uma situação de periferia irrelevante numa Europa onde o centro geoestratégico será sempre constituído pelo eixo continental franco-alemão. A previsível saída do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte – potência marítima com a qual temos a mais antiga aliança militar e diplomática - irá acentuar ainda mais essa perspectiva.

Em suma, parece-nos que esta obra trará alguma novidade ao panorama da bibliografia sobre a política externa portuguesa, esperando os autores que se abram novas frentes de discussão e de debate na *academia*, e não só, sobre uma das Políticas de Estado que normalmente não é objecto de contestação, nem de combate político. Se assim for, já teremos conseguido os nossos principais objectivos. Para terminar gostaríamos de agradecer à Universidade Lusíada Editora, na pessoa do seu responsável, Dr. Hélder Machado, todo o esforço que desenvolveu para tornar possível esta publicação e, também, à FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) o apoio financeiro, no âmbito do projecto “UID/CPO/04198/2019”.

⁵ Jornal Público nº 7213 de 03 de Janeiro de 2010.

⁶ Idem.

Carlos César Lima da Silva Motta

Professor Catedrático da Universidade Lusíada de Lisboa
Coordenador dos Ciclos de Estudo em Relações Internacionais na
Universidade Lusíada de Lisboa
Investigador Integrado do CLIPIS

Manuel Fernando da Silva Monteiro

Professor Auxiliar das Universidades Lusíada de Lisboa e do Norte (Porto)
Coordenador dos Ciclos de Estudo em Relações Internacionais na
Universidade Lusíada Norte (Porto)
Investigador Integrado do CLIPIS

Cristiano José da Ponte Cabrita

Professor Auxiliar da Universidade Lusíada de Lisboa
Investigador Integrado do CLIPIS

José Francisco Lynce Zagallo Pavia

Professor Auxiliar das Universidades Lusíada de Lisboa e do Norte (Porto)
Director do CLIPIS

ISBN 978-989-640-226-6



CLIPIS

Centro Lusíada de Investigação em
Política Internacional e Segurança

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT -
Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP, no âmbito do projeto
«UID/CPOI/04198/2019».